



PROCESSO Nº 15.409/2025 – EGPA/PMA

INTERESSADO: ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DE ANANINDEUA – EGPA

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE DOCENTE PARA MINISTRAR A CAPACITAÇÃO "COMPREENSÃO DO ESPECTRO AUTISTA NO ATENDIMENTO PÚBLICO".

PARECER nº 583/2025 – PROGE/PMA.

I – RELATÓRIO

Foram encaminhados a esta Procuradoria os autos referentes à contratação de docente para ministrar a capacitação "Compreensão do Espectro Autista no Atendimento Público", iniciativa da Escola de Governança Pública de Ananindeua. Consta nos autos o Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Risco, Termo de Referência, minuta contratual, proposta de prestação de serviços apresentada pelo profissional a ser contratado, declaração de não nepotismo, autorização do ordenador de despesas, dotação orçamentária, justificativas de escolha e de preço, documentos de certificação e regularidade do contratado, além do Termo de Inexigibilidade nº 10/2025 e seu respectivo Termo de Ratificação. O NDI solicita manifestação jurídica acerca do enquadramento e da regularidade da contratação.

É o relatório.

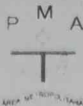
II - FUNDAMENTAÇÃO

A instrução processual demonstra que a fase preparatória foi devidamente observada, com estudos e justificativas suficientes para caracterizar a inviabilidade de competição. O conteúdo da capacitação exige conhecimento técnico especializado voltado ao atendimento público de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, matéria altamente sensível e que demanda formação específica e experiência consolidada do ministrante. A especialidade do tema justifica a escolha direta do docente indicado.

O dispositivo legal aplicável é o artigo setenta e quatro, inciso III, alínea f, que autoriza a contratação direta para cursos, capacitações e ações de aperfeiçoamento de pessoal, desde que haja motivação justificada e compatibilidade dos preços. A presente contratação se enquadra exatamente nessa hipótese, razão pela qual eventuais menções anteriores a dispositivos diferentes não prevalecem, devendo ser adotada a fundamentação ora fixada como a adequada ao objeto.

No que se refere ao preço, o processo contém justificativa consistente demonstrando sua adequação ao mercado e proporcionalidade ao nível de especialização exigido pelo conteúdo técnico da capacitação. O valor praticado está devidamente demonstrado e alinhado às exigências legais.

A minuta contratual anexa foi analisada e se encontra regular, atendendo às cláusulas essenciais, observando as disposições legais aplicáveis e mantendo compatibilidade com os modelos utilizados pela Administração. Do mesmo modo, os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA - PMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA - PROGE/PMA

documentos apresentados comprovam a regularidade do profissional contratado, inexistindo qualquer impedimento para sua contratação pelo poder público.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação direta está juridicamente regular, amparada pelo artigo setenta e quatro, inciso III, alínea f, que autoriza a contratação de profissional para ações de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal.

A contratação direta está corretamente instruída, a escolha do docente está devidamente motivada, os preços praticados são compatíveis e justificados, a minuta contratual é regular e a documentação comprova a plena regularidade do contratado. Assim, não há óbice jurídico ao prosseguimento do processo e à formalização do contrato, se assim entender a autoridade competente.

Assim, **OPINA-SE PELO REGULAR PROSSEGUIMENTO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO**, por estar em conformidade com a legislação vigente e plenamente alinhada ao interesse público.

É o parecer, SMJ.

Ananindeua/PA, 10 de dezembro de 2025.

DAVID REALE DA MOTA

PROCURADOR MUNICIPAL - PORTARIA 025/2015 - PGM/PMA.

Assim, **OPINA-SE PELO REGULAR PROSSEGUIMENTO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO**, por estar em conformidade com a legislação vigente e plenamente alinhada ao interesse público.

É o parecer, SMJ.

Ananindeua/PA, 10 de dezembro de 2025.

DAVID REALE DA MOTA

PROCURADOR MUNICIPAL - PORTARIA 025/2015 - PGM/PMA.

PORTARIA Nº 035/2025 – EGPA

O Diretor Geral da Escola de Governança Pública de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 010/2025, firmado entre esta Autarquia e a Srª PATRICIA ALVES DE SOUZA, que tem por objeto a prestação de serviços especializados pela CONTRATADA para para ministrar a capacitação "Compreensão Do Espectro Autista No Atendimento Público" da Escola de Governança Pública de Ananindeua.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **RAMON VITOR ABRAHÃO PEREIRA DA SILVA DERGAN**, CPF nº 020.718.822-02, Matrícula nº 671983-1, lotado na Diretoria de Desenvolvimento e Inovação – DDI, para atuar como Fiscal Titular do Contrato nº 010/2025, competindo-lhe:

I – acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução contratual, verificando entrega dos bens/serviços, prazos, quantidades e qualidade;

II – registrar ocorrências e adotar providências necessárias à regular execução do contrato;

III – comunicar formalmente à autoridade competente qualquer irregularidade, atraso ou descumprimento contratual;

IV – emitir pareceres, atestações e relatórios de acompanhamento sempre que necessário.

Art. 2º – Designar o servidor **JEAN CARLOS DA COSTA TRINDADE**, CPF nº 051.394.392-71, Matrícula nº 67199-1, lotado na Assessoria de Comunicação, para atuar como Fiscal Substituto do Contrato nº 010/2025, respondendo pela fiscalização nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do Fiscal Titular, com as mesmas atribuições previstas no artigo anterior.

Art. 3º – Os fiscais ora designados deverão observar as disposições da legislação vigente, do contrato e de seus anexos, especialmente quanto à regularidade da execução, prazos e conformidade técnica, comunicando tempestivamente quaisquer intercorrências.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananindeua/PA, 15 de dezembro de 2025.

Almir J. Santos

Diretor Geral

Escola de Governança Pública de Ananindeua – EGPA

PORTARIA Nº 036/2025 – EGPA

O Diretor Geral da Escola de Governança Pública de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 017/2025, firmado entre esta Autarquia e a Srª PATRICIA ALVES DE SOUZA, que tem por objeto a prestação de serviços especializados pela CONTRATADA para para ministrar a capacitação "Cuidar de Si e do Outro: Saúde Mental, Inteligência Emocional e Ações em Emergências Psicológicas" da Escola de Governança Pública de Ananindeua.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **RAMON VITOR ABRAHÃO PEREIRA DA SILVA DERGAN**, CPF nº 020.718.822-02, Matrícula nº 671983-1, lotado na Diretoria de Desenvolvimento e Inovação – DDI, para atuar como Fiscal Titular do Contrato nº 017/2025, competindo-lhe:

I – acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução contratual, verificando entrega dos bens/serviços, prazos, quantidades e qualidade;

II – registrar ocorrências e adotar providências necessárias à regular execução do contrato;

III – comunicar formalmente à autoridade competente qualquer irregularidade, atraso ou descumprimento contratual;

IV – emitir pareceres, atestações e relatórios de acompanhamento sempre que necessário.

Art. 2º – Designar o servidor **JEAN CARLOS DA COSTA TRINDADE**, CPF nº 051.394.392-71, Matrícula nº 67199-1, lotado na Assessoria de Comunicação, para atuar como Fiscal Substituto do Contrato nº 017/2025, respondendo pela fiscalização nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do Fiscal Titular, com as mesmas atribuições previstas no artigo anterior.

Art. 3º – Os fiscais ora designados deverão observar as disposições da legislação vigente, do contrato e de seus anexos, especialmente quanto à regularidade da execução, prazos e conformidade técnica, comunicando tempestivamente quaisquer intercorrências.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananindeua/PA, 15 de dezembro de 2025.

Almir J. Santos

Diretor Geral

Escola de Governança Pública de Ananindeua – EGPA

PORTARIA Nº 037/2025 – EGPA

O Diretor Geral da Escola de Governança Pública de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 015/2025, firmado entre esta Autarquia e o Sr IVAN DA SILVA CONCEIÇÃO, que tem por objeto a prestação de serviços especializados pelo CONTRATADO para para ministrar a capacitação "Ética No Serviço Público" da Escola de Governança Pública de Ananindeua.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **RAMON VITOR ABRAHÃO PEREIRA DA SILVA DERGAN**, CPF nº 020.718.822-02, Matrícula nº 671983-1, lotado na Diretoria de Desenvolvimento e Inovação – DDI, para atuar como Fiscal Titular do Contrato nº 015/2025, competindo-lhe:

I – acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução contratual, verificando entrega dos bens/serviços, prazos, quantidades e qualidade;

II – registrar ocorrências e adotar providências necessárias à regular execução do contrato;

III – comunicar formalmente à autoridade competente qualquer irregularidade, atraso ou descumprimento contratual;

IV – emitir pareceres, atestações e relatórios de acompanhamento sempre que necessário.

Art. 2º – Designar o servidor **JEAN CARLOS DA COSTA TRINDADE**, CPF nº 051.394.392-71, Matrícula nº 67199-1, lotado na Assessoria de Comunicação, para atuar como Fiscal Substituto do Contrato nº 015/2025, respondendo pela fiscalização nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do Fiscal Titular, com as mesmas atribuições previstas no artigo anterior.

Art. 3º – Os fiscais ora designados deverão observar as disposições da legislação vigente, do contrato e de seus anexos, especialmente quanto à regularidade da execução, prazos e conformidade técnica, comunicando tempestivamente quaisquer intercorrências.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananindeua/PA, 15 de dezembro de 2025.

Almir J. Santos

Diretor Geral

Escola de Governança Pública de Ananindeua – EGPA

PORTARIA Nº 038/2025 – EGPA

O Diretor Geral da Escola de Governança Pública de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 016/2025, firmado entre esta Autarquia e o Sr IVAN DA SILVA CONCEIÇÃO, que tem por objeto a prestação de serviços especializados pelo CONTRATADO para para ministrar a capacitação "Ética No Serviço Público" da Escola de Governança Pública de Ananindeua.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **RAMON VITOR ABRAHÃO PEREIRA DA SILVA DERGAN**, CPF nº 020.718.822-02, Matrícula nº 671983-1, lotado na Diretoria de Desenvolvimento e Inovação – DDI, para atuar como Fiscal Titular do Contrato nº 016/2025, competindo-lhe:

I – acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução contratual, verificando entrega dos bens/serviços, prazos, quantidades e qualidade;

II – registrar ocorrências e adotar providências necessárias à regular execução do contrato;

III – comunicar formalmente à autoridade competente qualquer irregularidade, atraso ou descumprimento contratual;

IV – emitir pareceres, atestações e relatórios de acompanhamento sempre que necessário.

Art. 2º – Designar o servidor **JEAN CARLOS DA COSTA TRINDADE**, CPF nº 051.394.392-71, Matrícula nº 67199-1, lotado na Assessoria de Comunicação, para atuar como Fiscal Substituto do Contrato nº 016/2025, respondendo pela fiscalização nos casos de

Parágrafo Primeiro: As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Segundo: O valor das multas poderá ser descontado dos pagamentos devidos ao CONTRATADO ou cobrado judicialmente.

XII. DA PUBLICAÇÃO


CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial do Município, no prazo e forma previstos na legislação aplicável.

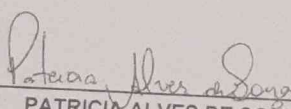
XIII. DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Ananindeua, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Ananindeua/PA, 03 de outubro de 2025.


ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DE ANANINDEUA
(CONTRATANTE)

* 
PATRICIA ALVES DE SOUZA
(CONTRATADO)

gov.br

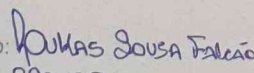
Documento assinado digitalmente

PATRICIA ALVES DE SOUZA

Data: 16/12/2025 17:58:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

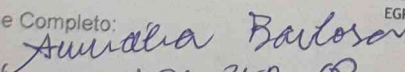
TESTEMUNHAS:

1. Nome Completo: 
CPF: 058.117.292-58

ESCOLA DE
GOVERNANÇA
PÚBLICA DE
ANANINDEUA -

EGPA:59295484000196 -0300

Assinado de forma digital por
ESCOLA DE GOVERNANÇA
PÚBLICA DE ANANINDEUA -
EGPA:59295484000196
Dados: 2025.12.17 17:58:39

2. Nome Completo: 
CPF: 702.437.352-00

REGINALDO
DEMETRIO DA SILVA
DERGAN:319203142
53

Assinado de forma digital
por REGINALDO
DEMETRIO DA SILVA
DERGAN:31920314253
Dados: 2025.12.17
17:59:12 -0300